



MISCELÂNEA

Revista de Pós-Graduação em Letras

UNESP – Campus de Assis

ISSN: 1984-2899

www.assis.unesp.br/miscelanea

Miscelânea, Assis, vol.4, jun./nov.2008



A CRÔNICA “19 DE MAIO DE 1888”, DE MACHADO DE ASSIS:

MARCAS E MECANISMOS HISTÓRICO-LINGÜÍSTICOS

Jarbas Vargas Nascimento

(Doutor — PUC-SP)

Diego Marsalla Toscano

(Mestre — PUC-SP)

RESUMO

O artigo examina a crônica “19 de maio de 1888”, da série *Bons dias!*, escrita por Machado de Assis, e objetiva refletir em uma perspectiva histórico-historiográfica a forma como a língua portuguesa em uso naquela época se manifesta na organização do gênero crônica, propondo um novo estilo da expressividade lingüística, a fim de empreender o diálogo entre a ficção e a realidade e integrar-se ao jornal. O estudo está fundamentado nas perspectivas teórico-metodológicas da Historiografia Lingüística, que contempla, em essência, a relação da língua com a história. Na crônica em tela, publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, observaremos como Machado de Assis se serve da língua portuguesa, para registrar e denunciar a crueldade que a sociedade fluminense impôs sobre o negro, no final do século XIX, quando ele se depara com o fim de regime escravocrata.

PALAVRAS-CHAVE

Machado de Assis; Historiografia Lingüística; língua portuguesa; crônica.

ABSTRACT

The article examines the chronicle “19 de maio de 1888”, of the series *Bons dias!*, written by Machado de Assis, and it aims to reflect on a historical and historiographical perspective how the Portuguese language in use that time is reflected in the organization of chronicle genre, proposing a new style of linguistic expression in order to undertake the dialogue between fiction and reality and integrate itself to the newspaper. The study is based on theoretical and methodological perspectives of Historiography Linguistic, which includes, in essence, the relationship of language with History. In the chronicle published in the newspaper *Gazeta de Notícias*, we'll observe as Machado de Assis's Portuguese language is used to record and to denounce the cruelty that society imposed on the black at the end of the 19th century, when they are facing the end of slavery.

KEYWORDS

Machado de Assis; Historiography Linguistic; Portuguese; chronicle.

Considerações iniciais

Este trabalho trata da crônica machadiana “19 de maio de 1888”, da série *Bons dias!*, em uma perspectiva lingüístico-historiográfica, na medida em que se volta para a essência lingüística, tomando a língua como um produto histórico-social. Nesta perspectiva, torna-se possível canalizar nossas reflexões para o cronista Machado de Assis que, utilizando um estilo inovador, de cunho pessoal e íntimo, associa língua e fatos históricos, ficção e realidade na constituição da crônica jornalística nacional, no final do século XIX.

Ligada ao entretenimento, as crônicas, naquela época, se consolidaram com o advento dos folhetins, pois se exigiu um texto breve e de ritmo rápido, fluente, sem subterfúgios e acessível aos leitores de jornais. Além disso, o tema daquelas narrativas exigia uma intrínseca relação com o cotidiano, ou seja, previa não somente a abordagem das circunstâncias que perpassam a vida em sociedade, mas também a presença efetiva do autor como sujeito ativo que dialoga permanentemente com o seu leitor.

Nascida em meio às discussões lingüísticas que propunham a independência político-cultural do Brasil em relação a Portugal, as crônicas apresentavam ausência de elementos da narrativa clássica, como enredo, trama e clímax. Coutinho (1999) classifica-a como gênero “ensaístico”, ou seja, aquele em que os autores se dirigem diretamente ao leitor, sem usar artifícios intermediários, como acontece em epopéias, novelas e romances.

Do ponto de vista da Historiografia Lingüística, nas perspectivas apontadas por Koerner (1995, 1996), observaremos, principalmente, as aproximações que podem ser estabelecidas entre a língua e a história no processo de leitura e interpretação de textos escritos. Considerando a brevidade e a subjetividade da crônica, privilegiaremos, em nossa discussão, aspectos relacionados ao contexto social e político da época e sua

materialização na língua portuguesa, ao mesmo tempo em que elas denunciam características gramaticais específicas, tais como na ortografia e na acentuação, confirmadas nos registros da *Grammatica Portugueza*, escrita por Júlio Ribeiro, em 1881.

O documento que analisaremos revela uma tensão ideológica no que concerne à tematização e à marca machadiana de buscar uma interação entre o texto e leitor na constituição da crônica. Os princípios teórico-metodológicos da Historiografia Lingüística (daqui em diante, HL), conforme apontados por Koerner (1995, 1996) fundamentarão nossas reflexões; por isso, tomamos a crônica machadiana como documento histórico-lingüístico da época, na medida em que registra o cotidiano da sociedade fluminense e suas manifestações políticas, econômicas e culturais.

A Historiografia Lingüística

A HL é uma disciplina que reúne os procedimentos teórico-metodológicos necessários à consecução dos objetivos aqui propostos, pois permite observar a língua portuguesa em uso no Brasil do final do século XIX, como um produto histórico-social. Pela leitura da crônica “19 de maio de 1888”, buscamos explicar e interpretar os fenômenos lingüísticos do passado e relacioná-los aos do presente. Entendemos, ainda, que a HL pode (re)escrever um determinado período da história da língua, integrando-o à história do homem.

Do ponto de vista de sua constituição, a HL nasceu do diálogo interdisciplinar da Lingüística com a História e consolidou-se no âmbito da Lingüística, ao integrar o painel de conhecimento que engloba a língua e sua relação com a realidade histórico-social. A HL permite-nos reconhecer as transformações e/ou continuidades da língua a partir da verificação de fatores internos e externos e resgatar as idéias em circulação nos diferentes contextos em que os documentos foram elaborados pelo homem.

Nesta perspectiva, a HL propõe como necessária a operacionalização de três princípios metodológicos fundamentais: *contextualização*, *imanência* e *adequação teórica*. Por meio destes princípios, do exame da crônica resultará o entendimento de marcas lingüístico-textuais, que exprimem o pensamento escravagista e os aspectos de ortografia e da acentuação que refletem na língua portuguesa em uso naquela época.

A crônica “19 de maio de 1888”, por conta do que antecede, é tomada neste trabalho como um documento, na medida em que registra dados da sociedade e da posição política assumida pela elite frente ao sistema escravagista. Nela abre-se, ainda, a possibilidade de verificação do negro recém liberto, não somente pela recente abolição legal da escravatura, mas também por sua situação no convívio social. Neste sentido, a crônica selecionada pode receber o tratamento de um gênero documental, cujo autor se torna, ao mesmo tempo, narrador, ao assumir voz no funcionamento da narrativa.

A HL apreende, também, a crônica “19 de maio de 1888” como um gênero textual jornalístico, pois esteve ligada diretamente ao suporte do jornal *Gazeta de Notícias* que, como próprio deste veículo de comunicação, captou o cotidiano do Rio de Janeiro e, por conseguinte, o regime governamental de Pedro II, por meio dos registros dos acontecimentos sociais que se misturavam à trama de novas relações humanas. Ainda, nesta crônica, o fato de o autor comportar-se como narrador assegura-nos a percebê-la como adequada ao jornal, já que nos conscientizamos de sua transformação diária.

Para o registro dos fatos sociais, de acordo com Sá (2005, p. 11), a crônica utiliza-se de uma linguagem que “lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito”. Ainda, segundo Candido (1992), a crônica pode ser entendida como um texto de experimentação lingüístico-literária, pois apresenta uma inacabada concepção estrutural; por essa razão, afirma-se que ela materializa não somente a ficção, mas as inúmeras discussões político-econômicas de uma determinada sociedade.

Koerner (1995, 1996) propõe como ferramenta metodológica para os estudos em HL a aplicação do recurso da metalinguagem como solução possível ao historiógrafo da língua, a fim de que ele evite distorções no processo de interpretação do documento. Para Koerner, somente após a aplicação do recurso da metalinguagem, é possível a operacionalização dos três princípios. Nesta perspectiva, por meio deste procedimento, pode-se evitar uma série de problemas, que podem ser gerados pelo uso de uma terminologia atual adequada para a atualidade, mas inadequada em relação à terminologia e aos conhecimentos do passado. O historiógrafo da língua, por conseguinte, não pode se evadir ao uso da metalinguagem, uma vez que seu papel é tornar acessíveis aos leitores de hoje, documentos de épocas passadas, sem distorção ou inferências que gerem sentidos não autorizados pelo texto e/ou pelo contexto.

O primeiro princípio, o da *contextualização*, diz respeito ao estabelecimento do “*clima de opinião*” do final do século XIX, isto é, as idéias políticas, econômicas, culturais, sociais e lingüísticas, em circulação na sociedade, devem ser consideradas pelo historiógrafo da língua. Esse é um dos aspectos primordiais — embora não seja o único — a ser considerado em HL.

O segundo princípio, o da *imanência*, consiste em tentar estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico e, talvez até filológico, do documento lingüístico em questão. O quadro geral da teoria sob investigação e a terminologia usada na crônica “19 de maio de 1888” devem ser definidos internamente, e não em referência à doutrina lingüística moderna.

Somente depois de esses dois princípios serem operacionalizados, poder-se-á introduzir aproximações entre o vocábulo técnico e o quadro conceitual apresentado, que é o princípio da *adequação teórica*. Com isso, pretende-se realçar os fatos passados, mediados pelas preocupações teóricas do presente, a fim de torná-los socialmente úteis e necessários para o homem deste século.

A política, a sociedade e a cultura: a contextualização

Olhando para a segunda metade do século XIX e na busca de elementos para operacionalizar o princípio da contextualização, depreendemos que o Rio de Janeiro tornou-se centro de inúmeras agitações populares que culminaram em uma série de transformações lingüísticas, socioculturais e político-econômicas. Fausto (2002) postula que o cenário histórico-político da época compreendia três correntes distintas acerca da escravidão no Brasil: escravagistas,¹ emancipacionistas² e abolicionistas.³

As medidas para o fim do regime escravista foram cautelosas, já que a economia nacional dependia do tráfico e da escravidão, sendo tecido de forma que não trouxesse grandes prejuízos aos que dependiam daquela atividade comercial. Contudo, estava claro que a manutenção desse regime era inviável ao momento histórico vivido pelo Brasil, pois, a partir de 1870, as divergências em torno da escravidão provocaram desgastes nas relações entre o Estado e suas bases sociais de apoio.

Por um lado, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel promulgou a Lei Áurea, que extinguiu a instituição escrava de quase quatro séculos, retirando dos descendentes de africanos aqueles resíduos do Brasil-Colônia. É em 19 de maio, por outro lado, que Machado de Assis elabora a crônica, que tomamos para nosso estudo. Nela, o autor recria a realidade dos ex-donos de escravos domésticos e urbanos, quando se depararam com o fim do regime escravocrata. Para tanto, cria a trama baseado no fato de o autor reunir algumas pessoas que servirão de testemunhas para a concessão da alforria a seu escravo, Pancrácio. Esse acontecimento particular ganha uma dimensão coletiva a partir do momento em que se percebe que Pancrácio é símbolo do

¹ Os escravagistas defendiam a manutenção total do sistema escravocrata, mas para que ele se extinguisse, desejavam que fosse feito a partir das leis já aprovadas, a fim de que não perdessem dinheiro, pois faziam do escravo uma fonte de comércio.

² Os emancipacionistas revelavam-se um pouco mais favoráveis à abolição da escravidão, sendo partidários da promulgação de leis, que preparariam a toda sociedade quanto ao aspecto econômico; exigiam, também, indenização aos senhores sobre seus respectivos negros.

³ Os abolicionistas, também chamados de *petroleiros*, na época, exigiam a abolição total, sem direito à indenização, sobretudo na capital do Império.

falido regime da escravidão, que manteve a economia e a política brasileira, desde a época da exploração colonial ainda no século XVI e XVII.

No processo de leitura e compreensão da crônica, podemos notar que, de maneira irônica e com recursos bíblicos, que atravessam sua narrativa, Machado de Assis mostra como a autoridade dos senhores foi mantida, tanto moral como fisicamente, pois as surras e os castigos corporais continuavam. Os negros, ex-escravos, embora livres legalmente, mantinham dependência econômica do homem branco, já que seus baixos salários não lhes proporcionavam a possibilidade de sair da casa dos seus ex-donos. Assim, podemos afirmar que a libertação do negro não era plena; ele continuava à mercê da mentalidade e do tratamento imposto pelo regime escravagista criado pelo branco.

No contexto sociocultural da segunda metade do século XIX, houve, em relação à língua portuguesa, dois agrupamentos de intelectuais. De um lado, portugueses e brasileiros puristas consideravam que a língua portuguesa teria uma única construção de sintaxe. Martins (1988) afirma que houve o aumento considerável do número de gramáticas da língua portuguesa com a finalidade de manutenção da tradição lusitana. Isso dava mais força ao movimento, que pretendia atingir um padrão de perfeição lingüística. Entretanto, aquelas gramáticas não refletiam o modo de falar e escrever na capital do Império do Brasil e nem em outras cidades brasileiras, mas conservavam a maneira tradicional de escrever em língua portuguesa.

Por outro lado, existiam brasileiros⁴ adeptos a uma nova tendência, que viam a língua portuguesa sob a óptica nacionalista e diferenciada, seguindo padrões de uma brasilidade constituída e afirmada pela sociedade letrada. Uma parcela de escritores, imbuídos de forte sentimento nacionalista, procurou adequar a língua portuguesa a seu uso efetivo no Brasil, a fim de que se viabilizasse o caráter especificamente brasileiro do português frente ao uso

⁴ Estes brasileiros eram os jovens recém-formados nas universidades brasileiras que integravam à causa abolicionista.

lusitano. Buscava-se pelas especificidades do uso brasileiro da língua portuguesa, compreendê-las como um traço distintivo da identidade cultural diferenciadora.⁵

Tais discussões lingüísticas eram registradas nos diversos textos que circulavam na capital do Império, inclusive nas crônicas encontradas nos jornais fluminenses, onde Machado de Assis também publicava. Em suas crônicas, Machado sempre registrava os acontecimentos em circulação na sociedade e fazia com que eles dialogassem com a ficção, criando com esse diálogo um documento estético-literário fantasioso e crítico ao mesmo tempo. Podemos afirmar por isso que a crônica machadiana situa-se entre o jornalismo e a literatura e permite que o cronista imponha sua visão particular dos acontecimentos no momento em que organiza a narrativa, relacionando realidade e ficção.

Nas perspectivas que vimos apresentando, a crônica "19 de maio de 1888" se revela como documento histórico-lingüístico. Ela concretiza uma relação solidária entre a língua portuguesa em uso no Brasil e parte da história de então, deste país, comprovando-nos que Machado de Assis incorporou no documento que produziu os fatos que se descortinavam diante dele no cotidiano carioca, mesclados com criações imaginárias protagonizadas por diferentes personagens nas mais variadas cenas criadas.

O cronista Machado de Assis e a crônica "19 de maio de 1888"

Machado de Assis retratou diferentes ambientes do Rio de Janeiro em suas crônicas, utilizando-se de uma linguagem que apresentou um estilo irônico e escrevendo-as em 1ª. pessoa. Nesse sentido, autor e narrador mascaram-se no interior da narrativa, o que revela a tentativa de produzir um texto com um caráter mais pessoal e íntimo, próximo das expectativas de seus leitores. Percebemos, também, que os cidadãos cariocas atuam como personagens na

⁵ Uma das práticas recorrentes encontrada nos textos produzidos pelos escritores está no uso de expressões populares, africanismos e estrangeirismos.

composição da trama das crônicas machadianas, pois assumem uma função histórico-social a partir das suas aparições na vida pública da cidade.

Escolhendo o ambiente da casa de um membro que representava a classe social detentora de escravos, a crônica "19 de maio de 1888" examina a temática da escravidão em uma perspectiva individual, pois narra a libertação do escravo Pancrácio e oferece-nos a oportunidade de ampliação da discussão sobre a libertação do negro. A crônica coloca em cena, também, a amplitude do conceito de liberdade: Pancrácio, que recebia a carta de alforria de seu senhor, refletia a mão-de-obra trabalhadora, que sustentou o Brasil durante os anos de exploração colonial e os de governo imperial.

O narrador dá alforria ao escravo, mas lhe oferece moradia e salário mínimo, caso continuasse a prestar-lhe serviços.

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô! Fico.

— ... Um ordenado pequeno, mas que ha de crescer. Tudo cresce n'este mundo; tu crescestes immensamente. Quando nasceste, eras um pirralho d'este tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Ártura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil réis; mas é de grão em grão que a gallinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma gallinha.

— Eu vaio um galo, sim, senhô.

— Justamente. Pois seis mil réis. No fim de um anno, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Essa atitude dialoga com o contexto, pois nos leva a perceber a condição histórica do escravo negro livre apenas no âmbito legal. De fato, o escravo continuava na mesma situação de miséria e de ignorância comparável aos tempos de escravidão, porque ele não estava preparado para compreender aquela nova situação da sociedade brasileira. A forma como Pancrácio é tratado, revela-nos não somente um ato de crueldade decorrente da concepção escravagista, mas também um veio de humor na forma como a enunciação é construída, observada em "pequeno ordenado, repito, uns seis mil réis; mas é

de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha”.

Essa realidade materializada no documento é confirmada em:

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um *peteleco* que lhe dei no dia seguinte, por me *não escovar bem as botas*; efeitos da liberdade [...]. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturaes, quasi divinos [...]. Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; d’ahi para cá, *tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo*; cousas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (grifos nossos).

Esta ocorrência revela o tratamento recebido pelos negros livres, visto que a idéia de escravidão na sociedade brasileira ainda estava marcada pelas crueldades do tronco e do castigo desumano.

Outro argumento que surge para justificar esse tratamento é a suposta inocência de Pancrácio no entendimento da idéia de liberdade, pois ele desconhecia os *efeitos da liberdade*.

A essas passagens, somam-se a ingenuidade e a falta de instrução do próprio negro que não sabia ao certo o que significava a moeda, facilitando ao branco, ainda mais, a continuidade do processo de exploração, conforme observamos em: “Pequeno ordenado, repito, *uns seis mil réis*, mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo” (grifo nosso). Nessa ocorrência, apresenta-se uma realidade subumana, marcada pelas baixas quantias de dinheiro oferecidas pelo trabalho do homem negro livre. Segundo Costa (1997), uma camisa normal custava três mil-réis, a metade do salário oferecido a Pancrácio. A outra metade correspondia ao custo que utilizaria para moradia, alimentação e o restante das vestimentas. Essas condições podem ser explicadas pelo contexto histórico, já que os escravos, em sua grande maioria, andavam descalços e vestidos de maneira miserável, com os corpos cobertos por tecidos rasgados e sujos.

O diálogo que se estabelece entre o narrador e Pancrácio reflete duas questões que são extremamente relevantes para a constituição da língua

portuguesa em uso no Brasil: o emprego de expressões populares e a influência de africanismos no português utilizado em obras literárias. No primeiro caso, as expressões populares evidenciam-se na comparação feita pela indicação da quantia de dinheiro destinada para o pagamento dos trabalhos de Pancrácio, agora trabalhador livre: "Pequeno ordenado, repito, uns seis mil réis; mas *é de grão em grão que a galinha enche o seu papo*" (grifo nosso); outros trechos que comprovam tal uso são: "*depois do gato morto*; [...] entendi que, *perdido por mil, perdido por mil e quinhentos* e chamo-lhe *besta* quando lhe não chamo *filho do diabo*" (grifos nossos).

No segundo caso, a influência de africanismos, revela-se nas falas do próprio Pancrácio: — "Oh! meu *senhô*! Fico; — *Ártura* não *qué dizê* nada, não, *senhô*...; e — Eu *vaio* um galo, sim, *senhô*" (grifos nossos). O ex-escravo reproduz uma variante de uso entre os negros escravos que não tinham acesso à escolarização e que, portanto, faltava-lhes o domínio da variante padrão-culta. Todo o conhecimento que os negros possuíam da língua portuguesa resultava do aprendizado que tiveram com seus ancestrais ou da convivência com os capatazes das fazendas de açúcar ou café.

Em algumas passagens da crônica, podemos perceber questões gramaticais em discussão no século XIX, tais como aquelas relacionadas à ortografia e à acentuação. Essas ocorrências são explicadas, pois a escrita da língua portuguesa acompanhava as normas lusitanas, e as gramáticas em circulação naquele momento histórico-lingüístico, tinham por finalidade manter a tradição lusitana e não o uso brasileiro da língua portuguesa. Segundo Coutinho (1976), Portugal encontrava-se no *período pseudo-etimológico*, e as regras ortográficas perduravam desde o século XVI até 1904, ano em que aparece a *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana.

Na crônica, as palavras *galinha*, *efeitos* e *elle* obedecem a um mesmo fenômeno, o da duplicação de uma consoante que está em torno de duas vogais. O aparecimento da letra *h* entre duas vogais, nas palavras *compreendeu* e *ahi* é explicado pelo fato de que elas não admitem a presença

de um ditongo; a palavra *naturaes* apresenta essa ortografia pela forte ligação com a língua latina, pois o grafema *e* forma um de seus quatro ditongos existentes, *ae*; em *cousas*, também se encontra um ditongo, *ou*, documentado na língua portuguesa desde o século X, mas que, por meio do processo de metaplasmo transformou-se em *oi*; e, na palavra *quasi*, o grafema vocálico *i*, sendo pós-tônico final, transformou-se no grafema vocálico *e*.

Diferentemente das palavras anteriores, *Panocracio* e *Máu* são casos de acentuação, em que se percebe a persistência na marcação gráfica da tonicidade do monossilábico tônico, por meio do emprego do acento agudo em *máu* e na ausência do mesmo acento agudo em *Panocracio*, palavra paroxítona terminada em ditongo crescente, que se encaixa na lei do menor esforço, pois as paroxítonas são maioria na língua portuguesa.

Para verificarmos a constituição do gênero jornalístico crônica como um documento histórico-lingüístico da época, voltamos à crônica, quando se enuncia:

Por isso digo, e juro se necessario fôr, que toda a historia d'esta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa dos seus dezoito annos, mais ou menos.

O assunto abordado é o desejo de o narrador anunciar a sua participação efetiva na abolição da escravidão, visto em "a historia d'esta lei de 13 de maio estava por mim prevista" e "antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote". Nesta perspectiva, comprova-se a relevância documental da crônica, porque materializa lingüisticamente o registro dos fatos históricos e as relações sociais entre as pessoas da época e os desenlaces do término do regime escravista.

Estabelece-se, ainda, uma literariedade no gênero crônica, na medida em que o narrador dirige-se diretamente ao leitor de seu texto, firmando com ele um diálogo que deve ser entendido como um contrato entre as duas partes. Por isso, esta crônica carrega um tom intimista tal qual uma conversa entre

amigos, marcada, por exemplo, em: “Por isso digo, e juro se necessario for”. A expressividade solta, não tão carregada de formalidade das costumeiras produções literárias escritas, é percebida em “tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa dos seus dezoito annos, mais ou menos” e no emprego das expressões populares, que se ajeitaram na crônica, para que, ao estilo brasileiro, fosse retratado por forte afetividade.

A ficção está marcada nesta crônica, pois Machado de Assis cria uma trama que se apresenta às pessoas de sua sociedade a partir de uma realidade contextual, caracterizando a dificuldade dos cidadãos cariocas em assimilar sua condição de igualdade social, conforme lemos em:

Tudo comprehendeu o meu bom Pancrácio; d’ahi para cá, *tenho-lhe despedido alguns pontapés*, um ou outro puxão de orelhas, e *chamo-lhe besta* quando lhe não chamo *filho do diabo*; cousas que ele *recebe humildemente*, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (grifos nossos).

Após operacionalizarmos os princípios da contextualização e da imanência, passamos para o último, o princípio da adequação teórica. Como podemos perceber, a crônica “19 de maio de 1888” é marcada por aspectos histórico-políticos e socioculturais, pois fornece elementos para a leitura de dados do momento em que foi elaborada. Por essa razão, compreendemos a importância de aliar, na leitura e interpretação desta crônica, a marca jornalística e documental que a constitui, pois Machado de Assis se empenha para criar ilusões da realidade.

Resta-nos acrescentar, ainda, que crônica “19 de maio de 1888” organiza-se em função de seu tempo, isto é, marcas temporais, históricas, políticas e lingüísticas garantem sua existência histórica e lingüística. As marcas e os mecanismos lingüísticos empregados por Machado de Assis movem-se de tal forma no funcionamento interno da crônica que garantem a emergência da memória, da história e da língua, responsabilizando-as a acomodar a realidade e a ficção.

Nesse sentido, a realidade do ex-escravo é denunciada de maneira sutil pelo narrador, que aponta as condições subumanas e cruéis assumidas pelo homem negro recém liberto, o que, na atualidade, podemos relacionar com a sua posição marginal na sociedade, determinada historicamente naquela sociedade, conforme:

- *alforrial-o era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar e o meu plano está feito.*
- *quando nasceste, eras um pirralho d'este tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos [...] e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo.*
- *quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes, da abolição legal (grifos nossos).*

As expressões populares e as influências africanistas foram fatores relevantes para a formação da língua portuguesa em uso no Brasil, pois indiciam os primeiros passos de uma identidade lingüística nacional afastada daquela encontrada em Portugal. Os estrangeirismos, especialmente de língua francesa, também acompanharam essa tendência, especialmente no léxico como podemos depreender em palavras, champagne, abajour, utilizadas no cotidiano das pessoas.

Vale ressaltar que as questões referentes à ortografia e à acentuação são explicadas a partir do *Formulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 1943, redigido no Brasil, que procurou normatizar a língua escrita em uso em nosso país. Tais regras apontaram as mudanças em seu registro gráfico, percebidas, ainda, nas atuais gramáticas normativas.

Considerações finais

Ao final de nossas reflexões, podemos reafirmar que a abordagem lingüístico-historiográfica da crônica permitiu-nos estabelecer um diálogo entre a língua e a história e firmar essa interdisciplinaridade no exame da crônica "19 de maio de 1888", de Machado de Assis, que se apresenta como um

documento histórico-jornalístico. Por ser documento, a crônica promove a eternização de acontecimentos político-sociais materializados lingüisticamente. Por meio da análise que empreendemos, pudemos perceber não somente o diálogo entre a realidade e a ficção, mas também a constituição da crônica e as marcas lingüísticas que denunciam o português em uso no Brasil no final do século XIX.

No que tange a aspectos da ortografia e da acentuação, pudemos observar uma preocupação tanto em relação à tradição gramatical portuguesa quanto a necessidade de incorporar na língua as variantes presentes no meio social como os africanismos e os galicismos. A análise comprovou, também, particularidades jornalísticas e literárias constitutivas do gênero crônica. Embora a realidade dos acontecimentos se misture ao da ficção, Machado de Assis surpreendentemente denuncia a crueldade da escravidão, a partir de seu modo de visualizar o fato e faz de sua crônica um documento aberto ao estudo do passado do homem negro liberto legalmente, mas preso aos grilhões da ideologia escravagista, imposta pelo branco.

Por fim, resta-nos acrescentar a importância de Machado de Assis para a constituição do gênero crônica no Brasil. Foi um dos primeiros autores a entendê-la como prática literária e a fazê-la perpetuar entre nós. Machado de Assis registra a sociedade carioca fundindo nas cenas reais do cotidiano as mais variadas fantasias e ilusões que podem ser comprovadas no movimento narrativo de sua crônica.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marly de Souza. *Metalinguagem e identidade lingüística brasileira na sátira poética de Oswald de Andrade*. 2003. 300 páginas. Tese (Doutorado em língua portuguesa) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Crônicas*. Seleção e apresentação de Eugênio Gomes. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

BETELLA, Gabriela Kvacek. *Machado de Assis enfrenta tragédias e farsas na crônica: a reflexão crítica de Bons dias!* Curitiba: Revista Letras, n. 62, 2004, pp. 11-25.

CÂNDIDO, Antonio. *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1997.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil — relações e perspectivas*. Rio de Janeiro: Global, 1999.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.

KOERNER, Konrad. *Professing Linguistic Historiography*. John Benjamins Amsterdam: Philadelphia, 1995.

_____. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. *Revista da ANPOLL*. São Paulo: ANPOLL, 1996.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da língua portuguesa: V. Século XIX*. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas (org.). *Historiografia lingüística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar, 2005.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 2005.